

2010/06/13

PODER AÉREO: RECURSO DA MODERNA COERÇÃO MILITAR

Mauro Barbosa Siqueira (Brasil)

INTRODUÇÃO

«O poder aéreo é uma forma extraordinariamente sedutora de força militar porque, tal como o cortejo moderno, parece oferecer prazer sem compromisso». (Eliot A. Cohen)

A apreciação de Cohen destoa dos conceitos elaborados por estrategistas do Ancien Régime, como Guibert, Bülow ou Vauban, porque eles somente conheceram as guerras naval e terrestre. À guisa de sedutora força militar, o poder aéreo constituiu-se em advento mais recente no cenário bélico do que os dois outros poderes militares.



Há cerca de cem anos, Alberto Santos Dumont alçou os ares com o 14 Bis. Logo após o advento do poder aéreo e seu ulterior emprego militar, surgiram os primeiros propagadores da arma aérea. Eles asseveravam vitórias breves e decisivas, com a nova face da guerra, pela seleção, pela identificação e pela destruição de alvos cruciais ao esforço de guerra inimigo – concepção similar àquela dos “centros de gravidade” (CG) do general prussiano e teórico da guerra Carl von Clausewitz. Devido à complexidade da análise dos CG, os homens do ar e os teóricos do poder aéreo, que surgiram após Clausewitz, debateram acerca de quais deveriam ser os alvos compensadores para se bombardear dos céus. Inferiram, ademais, o modo de atingir, rápida e economicamente, a vitória em terra e com menos vítimas civis.

Sob esse enfoque, os novos estrategistas do poder aéreo configuraram, primeiramente, um cenário diferente e mais humanitário para os conflitos armados da, então, recente época da guerra no ar. Segundo, eles argumentaram que:

Ao negar a capacidade dos modernos Estados-nação de empregarem determinadas características fundamentais de suas sociedades, o poder aéreo evitaria os horrores da guerra de trincheira, testemunhados na Primeira Guerra Mundial, limitando, dessa forma, o sofrimento humano[i].

Nos anos do Pós-Guerra Fria, forças aéreas de potências mundiais travaram embates, predominantemente, contra Estados-nação soberanos e contra adversários mais assimétricos como grupos paraestatais e facções terroristas. Todos esses “entes estratégicos” com restrita capacidade para travarem e, muito menos, sustentarem um conflito armado por período de tempo prolongado[ii].

As vitórias sobre esses atores, estatais ou não, ocorreram a um custo essencialmente menor à população civil, ainda mais, quando comparado ao imposto pelas campanhas aéreas da Segunda Guerra Mundial. A primeira Guerra do Golfo (1990-91) exemplifica esse juízo de valor, pois o planejamento militar foi eficazmente executado. Àquela época, John Warden III chefiou a Checkmate Division e arquitetou uma campanha aérea, que guiou os esforços aliados durante a Operação Tempestade no Deserto.

À primeira vista, o leigo em aviação pode desacreditar, mas de fato:

A promessa dos primeiros defensores do poder aéreo parece ter sido cumprida. Apesar de baixas civis e grande sofrimento causados pelos recentes conflitos não se comparam aos que tiveram lugar durante a II grande guerra, eles continuam sendo características distintivas das campanhas aéreas do pós-guerra fria[iii].

Então, a idílica jura de humanitarismo desvenda o poder aéreo inócuo para eliminar, completamente, baixas civis, mesmo com as armas guiadas de precisão e com a tecnologia de última geração como o avião stealth[iv] e os veículos aéreos não tripulados[v]. Ademais, mostra que, por si só, o poder militar não atinge a vitória final com o uso único e independente do poder aéreo. As operações devem ser combinadas para, pela sinergia, se delinear de modo eficaz o emprego bélico de meios humanos e materiais.

De fato, o poder aéreo conquista a superioridade aérea e concede subsídios e apoio de fogo aéreo às tropas terrestres e aos fuzileiros navais para concretizarem a lide da beligerância, conquistando e mantendo o terreno invadido. Metaforicamente, no famoso aforismo nomeado de “martelo e bigorna”, o poder aéreo se aproxima muito mais do primeiro, devido às suas inerentes características de alcance, ubiqüidade, flexibilidade, penetração, pronta-resposta, velocidade e mobilidade.

Para Robert Pape[vi], o poder aéreo adquire um real valor estratégico, visando à eficácia política na guerra, se atuar em operações combinadas, por meio da interoperabilidade com os demais poderes militares, e não por ataques cirúrgicos ou, menos eficazes ainda, por bombardeios estratégicos como se fez na Guerra do Vietnã. Sob esse enfoque, há ensinamentos colhidos em recentes conflitos armados que corroboram esse juízo de valor. Têm-se as lições apreendidas nos Bálcãs, principalmente na Campanha da OTAN no Kosovo em 1999 (Operation Allied Force); no Afeganistão, em 2001; e na Segunda Guerra do Golfo (“Operação Liberdade para o Iraque”). Nesses conflitos armados, os planejadores militares idealizaram o emprego eficaz do poder aéreo como instrumento para minimizar custos, vítimas civis e danos à infra-estrutura inimiga.

No Kosovo, os líderes políticos e os estrategistas enfatizaram a arma aérea e previram uma guerrarelâmpago, sem tropas de terra. Preteriram de elemento-chave ao sucesso na guerra: a sinergia advinda da interoperabilidade em operações combinadas. O comando combinado traduz parte da concepção de Robert Pape, cujo foco imprime a idéia de que o melhor uso do poder aéreo é apoiar as forças de superfície. Além disso, o cientista político fundamenta o cerne da argumentação na estratégia da coerção, na qual um ente estratégico, a expensas de resistir, conclui que, na relação custo versus benefício, não há compensação e resolve retroceder na escalada de tensões, crises, conflitos e instabilidades político-estratégicas. Ademais, Pape garante que o poder aéreo pode, por meio da coerção, compelir o inimigo a fazer o que se deseja que ele faça

e rever os seus objetivos políticos, evitando, na lógica de uma escalada da violência, o uso de forças armadas.

REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E PODER

«O estrategista é aquele que sempre mantém o objetivo da guerra à vista; o objetivo da guerra é sempre político». (Alfred Thayer Mahan).

No que tange à questão central deste ensaio, esclarecer significados ou expor idéias acerca do poder não clarificam seus atributos essenciais. A relevância de um estudo sobre as teorias do poder advém das características centrais desse instrumento da política, em especial, aquelas referentes às da moderna arma aérea. Em sua acepção mais genérica, o poder significa, na análise de Bobbio[vii], “a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos”. Ademais, o poder abarca desde processos naturais até fenômenos político-sociais e, de artefatos a homens.

Na visão da Escola Superior de Guerra[viii], o poder personifica-se pela:

Conjugação interdependente de vontades e de meios, que visam ao alcance de uma finalidade. A vontade, por ser um elemento imprescindível à manifestação do Poder, torna-o um fenômeno essencialmente humano, característico de um indivíduo ou de qualquer grupamento de indivíduos. A vontade nacional não é, meramente, a vontade de indivíduos ou de coletividades não representativas de um soberano Estado-nação hodierno. Essa vontade nacional deve ser unívoca e se encontrar aliada à capacidade de poder nacional substantivo.

Para Russell[ix], “o poder pode ser definido como a produção dos resultados pretendidos. É, pois, um conceito quantitativo”. Então, o poder pode ser mensurado. Bobbio encerra uma maneira de se medir o poder por meio de “determinar as diversas dimensões que pode ter o comportamento em causa”[x]. Norberto Bobbio[xi] acusa, sucintamente, que o poder possui o caráter do dimensionamento, do que provêem a sua aplicação à realidade de uma sociedade multifacetada e, por conseguinte, se denota a existência de relações de poder.

Em Economia e sociedade, clássico das ciências sociais, Max Weber[xii] diz que o termo poder é conceito “sociologicamente amorfo” e designa “toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”. Às vezes, também pode ser denominado, de “o caráter antagonístico das relações de poder”[xiii]. Conseqüentemente, emerge a reflexão de que o poder tem caráter dialético.

O general prussiano Clausewitz definiu a guerra como uma dialética de vontades[xiv]. Seria um antagonismo entre dois oponentes com objetivos contrários, apesar de comuns, pois ambos visam à vitória – derrotar o inimigo. Sob essa ótica, tem-se uma clarificadora averiguação, no campo da Ciência Política, na qual se aspira à preocupação intrínseca com o fenômeno da guerra. Na esfera da estratégia militar, concebe-se a possibilidade do emprego de força bruta para o atendimento dos fins políticos. Portanto, referencia-se, ainda, na teoria clausewitziana, que define o acontecimento bélico: “a guerra não é meramente um ato político, mas um verdadeiro instrumento da política, a continuação das relações políticas, levadas adiante com o intercurso de outros meios”[xv]. Por esse mesmo enfoque, Bobbio[xvi] assevera que “a área do conhecimento na qual o poder incorpora seu papel mais importante é a da política”.

O Dr. Darc Costa fornece considerações sobre política, estratégia e poder:

Política, estratégia e poder estão sempre conjugadas em qualquer ação humana. A política é a arte de estabelecer objetivos. A estratégia é a arte de se empregar o poder para se alcançar os objetivos colocados pela política. O poder é a conjunção dos meios que se dispõe para se atingir os objetivos. O poder não é senão uma forte influência. Uma influência tão vigorosa, que aquele sobre a qual ela se aplica, comporta-se da maneira desejada por quem a aplicou. Uma demonstração de poder visa a convencer os adversários, de não ser possível eles impedirem aquele que o demonstrou, de alcançar seus objetivos. (ESG, 2002, p. 100).

Se o poder retrata a revelação de um grupo e, por si só, constitui-se numa unívoca combinação de partes coordenadas para formar um conjunto, então, pode-se admitir que haja uma divisão de poder, para fins da análise dos efeitos advindos de seu efetivo emprego em escalas diversas da sociedade, que é aqui entendida como um todo.

Segundo Luciano Gruppi, a vontade nacional impulsiona o povo à implantação e à manutenção da sobrevivência do ente político estatal:

A Nação recomenda, ao se organizar politicamente, um modo de condensar, propagar, empregar e concentrar o seu poder de maneira mais eficaz, mediante a criação de uma macroinstituição ímpar – o Estado – a quem delega a faculdade de instituir e pôr em execução o processo político-jurídico, a coordenação da vontade coletiva e a aplicação de parte substancial de seu

poder político[xvii].

Decerto, Morgenthau[xviii] percebe um “jogo de interesses entre os Estados” em termos de ânsia por poder. A luta pelo e para o poder, no âmbito da “Sociedade Internacional Anárquica”[xix], envolveria a busca pela designada hegemonia mundial. À semelhança, Mearsheimer[xx], cita que, “na busca por mais poder”, uma grande potência “defenderá o equilíbrio de poder em seu favor” e que grandes potências estão, de certa forma, “sempre preparadas para a ofensiva”.

Por sua vez, Gruppi[xxi] incorpora, no início de seu livro, uma importada definição de Estado, que se coaduna com o ponto focal deste estudo:

Na Enciclopédia Treccani se lê: ‘Com a palavra Estado, indica-se modernamente a maior organização política que a humanidade conhece; ela se refere quer ao complexo territorial e demográfico sobre o qual se exerce a dominação (isto é, o poder político), quer à relação de coexistência e de coesão das leis e dos órgãos que dominam sobre esse complexo’.

O poder militar constitui-se em uma das subdivisões do poder e costuma ser chamado de Expressão Militar[xviii] do Poder

O poder militar constitui-se em uma das subdivisões do poder e costuma ser chamado de expressão imediata[xix] do Poder Nacional e, ele mesmo, pode ser dividido. As teorias dos Poderes Terrestre, Naval e Aéreo, como elementos constitutivos do Poder Militar de um Estado, somente constituem foco central da Política quando tratam dos aspectos geoestratégicos desses poderes. Essa foi a aceção dada por Mahan ao Poder Naval; por Mackinder, Spykman e por alguns geopolíticos alemães ao Poder Terrestre; por Douhet, Trenchard, Mitchell e Sevsky ao Poder Aéreo. Portanto, os instrumentos bélicos encontram-se a serviço do Poder Político, quando esse opta pelo uso da “força bruta”, a qual é sinônimo de força armada.

As definições de Poder Aéreo evoluíram desde o surgimento do avião e o desenvolvimento bélico da arma aérea. Não há conceitos unívocos que ofereçam consenso para se poder definir o termo com perfeição ou achar a idéia mais correta. Armitage e Mason[xiii] esquadriharam uma definição de poder aéreo, a qual pode se coadunar com o presente estudo, como “a habilidade de projetar força militar por ou de uma plataforma, na terceira dimensão, acima da superfície da Terra”.

Para Santos[xiv], a Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira de 1958 apresentava uma conceituação “deveras bem formulada”:

O corolário de todo o esforço teórico então desenvolvido está consubstanciado na Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira, cuja elaboração se concluiu ao longo do ano de 1958 [...] contém uma definição clara do emprego da aviação militar e conceitua o Poder Aéreo em seus múltiplos aspectos [...] o Poder Aéreo, que abrange toda a capacidade aeronáutica nacional, é conceituado na Doutrina como a capacidade de ‘controlar e utilizar o espaço aéreo com propósitos definidos’.

Sob a ótica metodológica, tem-se nesta investigação exploratória uma preocupação com o fenômeno do bélico e, na esfera política, concebe a possibilidade do emprego de força bruta para fins políticos. Referencia-se na Teoria da Guerra de Clausewitz, que vê a guerra como “o uso de atos de força para dobrar a vontade de outrem”[xv]. O porquê de fundamentar o trabalho na concepção clausewitziana incide em se explorar o conceito de “centros de gravidade”, citado de modo inédito e genial na obra “Da Guerra”, e em determinar as relações intrínsecas da guerra com a política.

Em termos acadêmicos, há conclusões a efetuar acerca da eficácia das estratégias coercitivas visualizadas por Pape e da Paralisia Estratégica de Warden[xvi]. Por isso, a eficácia do poder aéreo torna-se problema crucial à pesquisa. Induz a questão de qual é a estratégia mais eficaz para o emprego do poder aéreo e quais os fatores críticos de sucesso[xvii] na guerra moderna para se obter o final desejado em menor tempo e com menores custos econômicos e humanitários (diminuir as perdas humanas da população civil)?

Para Evera[xviii], hipótese seria uma espécie de relação conjectural entre dois fenômenos distintos, porém inter-relacionados. “Assim como leis, hipóteses podem ser de dois tipos: causal (conjetura-se que A causa B) e não-causal (conjetura-se que A e B são causados por C; desde que A e B são correlatos, mas nenhum causa o outro)”. Neste trabalho, optou-se por elaborar uma hipótese causal, onde A é o valor estratégico do poder aéreo e B é a estratégia mais eficaz para o emprego do poder aéreo.

Quanto à questão da coerção, perscruta-se uma hipótese condicional: se o poder aéreo possui um real valor estratégico, então não existe uma única e melhor estratégia que englobe o uso do poder aéreo, para todo e qualquer caso, pois o ideal é combinar estratégias, visando à consecução dos objetivos políticos fixados.

Propõem-se passos intermediários para se investigar o tema em estudo: apresentar as teorias e as premissas básicas do pensamento estratégico de John Warden III e de Robert Pape e comparar os resultados obtidos pelos dois autores, no que tange à estratégia de emprego do poder aéreo como instrumento da política. O objetivo final do artigo se configura na sondagem das duas teorias acima mencionadas e inferir das idéias dos dois pensadores o real valor e a eficácia do emprego do poder aéreo como arma estratégica e coercitiva. Qual o melhor emprego do poder aéreo na ótica de Pape e na visão de Warden III? O cientista político apança ser o uso tático-operacional. O Coronel estadunidense postula: pela “guerra em paralelo”, é o estratégico, que visa à paralisia do inimigo.

A TEORIA DOS CINCO ANÉIS DE JOHN WARDEN III

«O estrategista deve pensar em termos de paralisar, não de destruir». (Liddell Hart)

Depois que Giulio Douhet escreveu o livro O Domínio do Ar, em 1921, surgiram, após quase sessenta e cinco anos, o Coronel John Warden III e, dez anos após, o cientista político Robert Pape, que teorizaram acerca do uso do poder aéreo. Liddell Hart[xix] faz uma descrição diferente daquela oriunda do pensamento clausewitziano do século XVIII e similar às idéias dos homens do ar. Analogamente, a citação difere da concepção clausewitziana de recontra[xx], e de guerra absoluta e se aplica à atual guerra aeroestratégica. Todavia, para entendê-la é necessário pensar dedutivamente, ou seja, usar as ferramentas do método dedutivo de prova[xxi]. Raciocinar do cenário mais amplo para o mais estreito, em vez do pensamento indutivo usado ao se inserir no nível tático ou no campo da arte operacional, significa comportar-se estrategicamente.

O filósofo Heráclito pode ser considerado o mais eminente pensador pré-socrático. Numa série de aforismos, enfatizou o caráter mutável da realidade. Para Heráclito, a noção de fluxo universal tornou-se um mote: “tu não podes descer duas vezes no mesmo rio, porque novas águas correm sempre sobre ti”[xxii]. Resumidamente, o pensamento “heraclítico” entende que a essência é a mudança. Assim sendo, Heráclito de Éfeso tornou-se célebre por fundamentar suas idéias filosóficas numa lei racional que ditaria o movimento ininterrupto do mundo.

Ele estabeleceu a existência do Logos: uma lei universal e fixa. Lei regedora de todos os acontecimentos particulares. Fundamento da harmonia universal, o Lógos seria feito de tensões. O Lógos traz a idéia de que nenhum termo ou expressão é capaz de exaurir a totalidade de mudanças sucessivas que a realidade prestaria à experiência humana. Portanto, o Lógos constitui-se, para Heráclito, na razão universal ou no próprio pensamento, elemento dinâmico capaz de harmonizar a fluidez das alterações da realidade dando a elas uma atitude não aleatória.

Há, conforme o axioma basilar de Heráclito, um “princípio universal”, o qual, em verdade, resume todas as coisas. Tem-se

exemplo dessa concepção: “Platão ainda diz de Heráclito: ‘Ele compara as coisas com a corrente de um rio - que não se pode entrar duas vezes na mesma corrente’”[xxxiii]. Porquanto não se pode banhar duas vezes jamais no mesmo rio ou, como seus sucessores diziam, “nele nem se pode mesmo entrar”[xxxiv], deve-se reconhecer a existência do devir[xxxv] de Heráclito.

As águas provêm a idéia de constante mudança, a cuja essência depara-se a humanidade: um mundo fluido. Citando Thomas Friedman[xxxvi], é um “mundo plano”. Em face a essa planificação, estudos têm-se baseado na observação de frações da realidade com o escopo de torná-las passíveis de generalização. Nesta forma oposta ao pensar “heraclítico”, evidencia-se um pensamento puramente indutivo, que ao estrategista não se torna tão útil quanto o raciocínio dedutivo.

Há, essencialmente, duas possibilidades de pensamento: a indutiva e a dedutiva. A primeira consiste em reunir muitos dados menores para se chegar ao todo. A segunda começa com a totalidade, a partir da qual se podem apreender as minúcias. Portanto, a primeira maneira de pensar é tática, a segunda, é estratégica. Porém, o treinamento inicial de pilotos militares envolve, normalmente, processos indutivos de pensar. Entretanto, para que se tornem gerentes da “Arte Operacional” e estrategistas eficazes, devem “apreender a aprender” a pensar dedutivamente. Então, comparar executores com planejadores talvez seja um bom exemplo dessa dicotomia.

Segundo John Warden III[xxxvii], esse fenômeno ocorre, na mesma dimensão, no campo das Ciências Militares, especificamente, no que concerne ao estrategista militar:

[...] a guerra estratégica é um animal diferente da guerra que conhecemos através da história. Não é fácil entender porque temos que lançar fora muitas das nossas idéias acerca da guerra. Além disso, para processá-la é necessário pensar do geral para o particular - pensar do cenário mais amplo para o mais estreito -, em vez do pensamento do particular para o geral que nos serve tão bem quando tratamos de questões táticas. Há basicamente duas maneiras de pensar: a indutiva e a dedutiva. A primeira consiste em reunir muitos fatos pequenos para ver o que se pode fazer com eles. A segunda começa com princípios gerais a partir dos quais podem-se aprender as minúcias. O primeiro é tático, o segundo, estratégico. Na Força Aérea, a maior parte de nosso treinamento inicial nos envolve com processos indutivos. Entretanto, para que nos tornemos bons artífices operacionais e estrategistas, temos que aprender a pensar dedutivamente. Um bom exemplo, tirado do mundo civil, é o da comparação entre arquitetos e pedreiros.

O Coronel John A. Warden III e sua equipe de trabalho[xxxviii] arquitetaram toda a campanha aérea na guerra contra o Iraque, em 1991. Ele idealizou a “Teoria dos Cinco Anéis”[xxxix] para explicar e fundamentar que se deve distinguir todo e qualquer inimigo como um sistema composto de elementos menores – os subsistemas:

Para pensar de maneira estratégica, devemos pensar o inimigo como um sistema composto de muitos subsistemas. Pensar o inimigo em termos de um sistema, nos dá uma chance muito melhor de forçá-lo ou de induzi-lo a fazer de nossos objetivos os objetivos dele e fazer isso com um esforço mínimo e uma probabilidade de sucesso máxima.[xl]

Além disso, John Warden III[xli] retomou a idéia clausewitziana de “recontro”, pois frisou que “como estrategistas e artífices operacionais, precisamos nos livrar da idéia de que a característica central da guerra é o embate de forças militares”.

Para Clausewitz, o elemento principal da guerra seria o enfrentamento de dois exércitos. Uma opção estratégica pode se constituir em forçar um embate, mas nem sempre o confronto de forças militares é necessário. Normalmente, o confronto pode, até mesmo, ser evitado e a guerra será quase sempre instrumento para um objetivo maior, geralmente político, e não um fim em si mesma.

Sob esse enfoque, o autor enfatiza o poder estratégico da arma aérea[xlii]:

Os objetivos são fundamentais para o sucesso na guerra estratégica. Indo à guerra com um Estado ou com qualquer ente estratégico[xliii], precisamos (ou, certamente, deveríamos) ter objetivos, e esses objetivos, para terem utilidade, têm que estar muito além de coisas como meramente vencer o inimigo ou estragar suas forças militares. (Não há dúvida que esta última coisa pode ser, exatamente, o que não queremos fazer. Lembre-se que a guerra no nível estratégico não é o mesmo que no nível tático, em que a derrota das forças táticas do inimigo é exigida quase que por definição.) Afinal, não se vai à guerra apenas para ter um bom combate; vamos à guerra para conseguir algo que é politicamente valioso para nossa organização.

Portanto, o que se colima alcançar pode ser tão extremo quanto a aniquilação de um Estado ou colonizá-lo. Em contrapartida, pode-se querer que o inimigo não nos aniquile. Entre esses extremos há um espectro enorme de possibilidades, como a seguinte: na Guerra do Golfo os Estados Unidos queriam que o Iraque saísse do Kuwait e que o poder iraquiano diminuísse a um nível em que não fosse mais uma ameaça para seus vizinhos no Oriente Médio.

No nível estratégico, atingir os objetivos é produzir as mudanças em uma ou em mais partes do sistema material inimigo. Pela persuasão ou pela coerção, o oponente decide adotar nossos objetivos. Pela paralisia estratégica, torna-se materialmente impossível para o inimigo opor-se ao adversário. A isso se denomina seleção utilitarista de alvos. No entanto, resta a pergunta: que itens do sistema inimigo serão atacados? Warden anota, a seguir, o lado moral. Na idéia de Warden, depende de quais sejam nossos objetivos, de quanto o inimigo queira resistir a nós, de quão capaz disso ele seja e de quanto esforço sejamos nós capazes de exercitar, dos pontos de vista material, moral e político. Com respeito à relação entre aspectos morais e materiais, também enfocada por Clausewitz, Warden[xliv] afirma que:

O advento do poder aéreo e de armamento preciso tornou possível destruir o lado material do inimigo. Isto não quer dizer que, moral, atrito e nebulosidade tenham desaparecido. Quer dizer, porém, que agora podemos colocá-los numa categoria distinta, separada do material. Em conseqüência, podemos pensar, em termos gerais, na seguinte forma de equação para a guerra: (material) x (moral) = resultado.

Na ciência do Targeting, há a análise, a avaliação, a identificação e a seleção de alvos, que são fornecidos pelos estrategistas aos pilotos de aviões. São etapas essenciais nas campanhas aéreas modernas, pois ditam a eficácia do emprego do poder aéreo. Por isso que o “Modelo dos Cinco Anéis” foi idealizado por John Warden III. Para tornar inteligível a idéia do sistema do

inimigo e facilitar o entendimento de sua teoria. Ele afirma: “os melhores modelos no nível estratégico são os que nos dão a representação mais simples possível do quadro geral”. [xlv]

Entretanto, desenvolvem-se porções do modelo, à medida que se precisa de maior minúcia, de modo que se possam perceber aspectos cada vez mais refinados. É importante, porém, que, ao construir o modelo e ao usá-lo, comece-se sempre do geral e se trabalhe, dedutivamente, para obter o particular. Segundo Warden, [xlv] seria capital para se obter sucesso a consciência de que “os estrategistas e os artifícios operacionais começam com o ente amplo - o sistema inimigo - e então vão trabalhando para compreender os aspectos menores à medida que isso se exige”. A essência da guerra estratégica é forçar o Estado – ou a organização – inimigo a fazer o que se quer que ele faça. No extremo, a ênfase pode chegar a ser uma guerra para destruir o Estado ou a organização. Entretanto, é o sistema todo que é o alvo, não somente suas forças militares. Por exemplo, se a ação sobre o sistema for adequada, suas forças militares ficarão como um apêndice inútil, já não mais apoiadas pela liderança, pelos elementos orgânicos essenciais, pela infra-estrutura ou pela população – pessoas, civis.

Para Warden [xlvii], “isso não quer dizer que não se pense em como derrotar diretamente as forças militares do inimigo. Não há dúvida que há ocasiões em que a derrota delas é o único modo de privar os centros estratégicos de seus guardas”. Há casos em que não há a opção de infringir danos em pontos estratégicos do opositor. Para Warden [xlviii] a idéia clausewitziana de centro de gravidade (CG) é “um conceito simples, mas como ele mesmo afirmava, de difícil aplicação.” Todavia, Warden importa o conceito de centro de gravidade para elaborar sua teoria.

Lembre-se que Clausewitz descreveu a guerra como uma “trindade esquisita”. Formada de violência primordial, ódio e inimizade, que podem ser tratados como uma força natural, cega; do jogo do acaso e de probabilidades, onde o espírito criativo pode enveredar livremente; e do elemento de subordinação aos objetivos políticos, de instrumento político, que a faz subordinada só à razão. Portanto, o primeiro dos três aspectos diz respeito, principalmente, ao povo e suas ardentes paixões; o segundo ao comandante e às forças armadas; o terceiro ao governo e à racionalidade. Os sentimentos que devem ser inflamados na guerra já devem estar presentes no povo; o alcance que a coragem e o talento [xlix] terão no campo das probabilidades e do acaso depende do caráter particular do líder-militar e do emprego da força bruta; os fins políticos são província peculiar do governo.

O entendimento da guerra como uma trindade esquisita concede compreender que o objetivo da guerra necessário para o propósito político, correspondente à vitória na guerra, pode não estar contido nas forças do inimigo. Pode-se apreender que o recontro é um choque de forças morais e físicas por intermédio destas últimas. O ponto é golpear no alvo que mais afete a coesão e a vontade do inimigo. É mister se atingir as suas forças morais, tanto quanto as físicas.

Há Centros de Gravidade [i], “pontos ótimos de aplicação da força, que correspondem aos núcleos de poder e movimento, coesão e direção de que tudo depende”, cuja compreensão advém da trindade. Ela permite conceber que, embora a destruição das forças armadas do inimigo seja um início e tenha influência no desenrolar da campanha, é possível identificar CG do esforço de combate em outros pontos que não pertencem apenas ao poder militar. O Centro de Gravidade pode estar na força principal, ou na força de um aliado mais poderoso, ou na capital, ou, como no caso de movimentos guerrilheiros, em sua liderança. O fator crucial é afetar o equilíbrio das forças inimigas de modo que esse efeito não possa ser revertido. A correta identificação dos CG do inimigo é uma das mais importantes tarefas de um comandante, tanto no nível estratégico quanto no operacional, pois sinaliza a direção geral dos esforços em prol de um resultado final pretendido. Os centros de gravidade apenas podem se relacionar indiretamente com a capacidade do inimigo de conduzir operações militares reais. Segundo assevera John Warden III [ii] “a exigência mais importante do ataque estratégico é entender o sistema inimigo. Entendido o sistema, o problema seguinte se torna ser o de como submetê-lo no nível desejado, ou como paralisá-lo se isto for exigido”. Por conseguinte, como se conduz a estratégia da paralisia estratégica? “O ataque em paralelo será normalmente o tratamento preferido, a menos que haja uma razão cogente para prolongar a guerra”. [lii]

Compare-se o ataque em paralelo com o ataque em série, no qual só um ou dois alvos são atacados num determinado dia (ou até por mais tempo). O inimigo pode minorar os efeitos de ataques em série pela dispersão no tempo, aumentando as defesas dos alvos que têm probabilidade de serem atacados, concentrando seus recursos para reparar os danos de ataques singulares e pelas contra-ofensivas.

O ataque em paralelo o priva da capacidade de responder eficazmente, e quanto maior a percentagem de alvos golpeados num único ataque, mais a resposta do inimigo se torna praticamente impossível. O ataque em paralelo não foi possível, em qualquer escala apreciável, no passado, porque o comandante tinha que concentrar suas forças a fim de prevalecer contra uma parte única vulnerável das forças do inimigo. Se ele vencesse, poderia reconcentrar-se e deslocar-se para atacar outro ponto nas defesas do inimigo. Esse processo é entendido quando designado de “guerra em série” Permitia manobra e contramanobra, ataque e contra-ataque, movimento e pausa ? é a idéia clausewitziana de defesa versus ataque.

A guerra serial cedeu ao fenômeno nomeado por Clausewitz (1984) como ponto culminante da batalha ? aquele ponto da campanha em que há um aparente equilíbrio e, repentinamente, com o esforço correto de qualquer um dos lados pode haver um efeito significativo e decisivo na ação final. A clássica noção da guerra enxergava-a como um fenômeno de efeitos seriais ? “enchente e vazante”. Todavia, a moderna capacidade de executar a guerra paralela (ou ataque em paralelo), torna o pensamento dos pensadores clássicos, em parte, obsoleto e um paradigma.

A batalha decisiva da estratégia de aniquilação concertava princípios de guerra com a intuição de Napoleão. Combinados, esses princípios e a intuição napoleônica forneciam os instrumentos necessários e suficientes para as esmagadoras vitórias de Bonaparte. Assemelhavam-se, em muito, às concepções de Clausewitz sobre o embate total de exércitos inimigos. As máximas de Napoleão denotam, friamente, como o curso enxergava a batalha decisiva da estratégia de aniquilação, pois ele dizia que “na arte da guerra, assim como na mecânica, o tempo é o grande elemento entre o peso e a força” [liii].

Na consecução da estratégia de paralisia, “os alvos vitais dos Estados, no nível estratégico, tendem a ser pequenos, muito caros, ter pouca possibilidade de reposição e ser de difícil reparo. Se uma percentagem significativa for atingida em paralelo, o dano se torna irrecuperável”. [liv] O Coronel Warden utiliza-se do pensamento clausewitziano para importar juízos teóricos e

para elaborar a "Teoria dos Cinco Anéis", que se aplica a guerra aérea.

Figura 1: O modelo básico da Teoria dos Cinco Anéis de John A. WARDEN III. Adaptado pelo autor. Fonte: WARDEN III, John. O inimigo como sistema. *Airpower Journal*, Alabama, p. 51, 3. trim. 1995.

Para ele, em cada anel há um ou mais de um centro de gravidade, que para o general prussiano eram "pontos focais" dos quais tudo depende e seria sob esses pontos do inimigo que se deve infringir força máxima (se possível, usar golpe único). No Modelo dos Cinco Anéis, Warden hierarquiza os itens em ordem de importância, cuja seqüência decrescente é: as lideranças (em primeiríssimo lugar; é o anel capital), os elementos orgânicos essenciais, a infra-estrutura, a população civil e, por último lugar, as forças militares em campo de batalha (figura 1).

Os sistemas apresentam, por essência, apropriadas e coerentes peculiaridades de vinculação e influência de valor relativo entre seus elementos componentes. Mormente, nos sistemas sociais ou abertos (organizações, estados, etc), os sistemas podem interagir e se interconectar entre si por alianças (figura 2).

A AFDD 2-1, Air Warfare Doctrine, da Força Aérea dos EUA (USAF) apresenta um modelo evoluído, da Teoria de Warden III, com seis anéis. Há a inclusão do anel da conectividade ou da interação. Trata-se do anel mais externo e "indica a interação entre várias nações, grupos ou outros atores", que poderiam ser interpretados como os prováveis aliados ou alianças políticas de determinado ente estratégico.

Figura 2: O modelo dos seis anéis com a inserção da connectivity (interação ou conectividade).

Fonte: USAF, AFDD 2-1, Air Warfare, 2000, p. 99.

A par da inovação feita pela USAF, ressalte-se que Clausewitz já admitia, no Da Guerra, os aliados políticos (ou alianças) como um provável centro de gravidade. O Modelo dos Cinco Anéis segue o mesmo rumo, pois Warden explica o esquema inicial passível de transformações, por exemplo, convertendo os círculos em elipses. No entanto, essas modificações auxiliam-nos a desvendar que o modelo concebe sistemas dinâmicos de natureza não-linear e que nem sempre existe a mesma inter-relação concêntrica entre os cinco anéis e seus subsistemas (fig. 3). A causa disso repousa na interdependência e/ou preponderância que possa desempenhar um anel sobre o outro. Esse fenômeno está em função de variáveis internas e/ou externas ao sistema. Têm-se as variáveis conexas: a tecnologia do inimigo, sua capacidade industrial, quantidade de reservas de combustíveis, matriz energética, infra-estruturas (estradas, portos e aeroportos), tamanho, aprestamento e adestramento de suas forças armadas, o moral de sua população, opinião pública interna e internacional favorável ou não, apoio militar externo, alianças políticas, etc.

A tecnologia tornou possível o ataque quase simultâneo a toda vulnerabilidade do inimigo nos níveis estratégico e operacional. A "Guerra em Paralelo" efetiva a clausewitziana forma ideal de guerra do ataque concomitante e em todo lugar vital ao esforço de guerra inimigo. Há Centros de Gravidade em cada um dos anéis do modelo. Segundo Warden, a melhor solução seria acometer, ao mesmo tempo e em paralelo, diversos anéis e múltiplos CG para majorar o efeito sinérgico da paralisia estratégica.

EFEITOS INDIRETOS

Figura 3: Os efeitos indiretos do ataque em paralelo. Adaptado pelo autor.

Fonte: WARDEN III, John A. O inimigo como sistema. *Airpower Journal*, Alabama, p. 52, 3. trim. 1995.

A "Estratégia de Paralisia" procura fazer a continuação da resistência impraticável ao Líder inimigo.

De maneira total e simultânea, incapacita o conjunto, do seu interior para o exterior. A paralisia completa do sistema concede liberdade de ação para alterar a política inicial da liderança opositora e a faz rever suas posições.

Figura 4: Os Centros de Gravidade (CG) de acordo com a DCA 1-1.

Fonte: Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira: DCA 1-1, 2005, p.13.

A atual Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira traz cinco tipos de CG: forças posicionadas; população; infra-estrutura nacional; funções vitais; e lideranças.

Logo, induz-se à conclusão de que a vigente Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (FAB) incorporou as concepções teórico-estratégicas de Warden (fig 4). Há idéias contrárias, no âmago da FAB, que contestam a eficácia da teoria de John Warden III devido ao aparato necessário para a consecução da paralisia.

O "Método Conexcionista (ou Método Axiológico)", de autoria de Narcelio Ramos Ribeiro, poderia ser mais apropriado para uma "força aérea de terceiro mundo".[iv] O modelo conexcionista de planejamento segue uma linha axiológica, por ser mais adequada às forças que não possuem muitos recursos e, portanto, não podem arcar com altos custos operacionais. O teórico da guerra Clausewitz (1984) dizia que a doutrina só serve para o Exército que a formulou. Na ótica doutrinária da Escola Superior de Guerra[v]:

A Doutrina Militar não deve ser importada nem, tampouco, improvisada, porque a validade dos elementos e das idéias nela contidas depende do respeito às particularidades de cada Nação e, ainda, do contexto em que ela se inscreve. É de citar-se, também, a imperiosa necessidade de vinculação da Doutrina Militar às aspirações da Nação e às suas características psicossociais, para que, em realidade, mereça ampla confiança e apoio de toda a sociedade nacional.

A DCA 1-1[ivii] aborda importante aspecto sobre os centros de gravidade[viii]:

Todos os níveis da guerra possuem esses centros, que poderão estar ou não vulneráveis a uma ação militar. [...] guerras e outros conflitos tendem a ser perdidos se os centros de gravidade do inimigo são incorretamente identificados, abordados de forma inadequada, ou se os próprios centros de gravidade não são adequadamente protegidos.

Conseqüentemente, os centros de gravidade podem ser estratégicos, operacionais ou táticos, até mesmo, políticos. No entanto, o nível político não se insere no contexto do planejamento estratégico da guerra. Para Clausewitz[ix], a guerra é que se constitui, ao contrário, em elemento da política:

A guerra em geral e o comandante em qualquer instância específica, tem o direito de solicitar que a tendência e os projetos da política não sejam inconsistentes com esses meios. Esta não é uma demanda trivial; mas por mais que possa afetar os objetivos políticos num determinado caso, nunca irá mais longe do que apenas modificá-los. O objetivo político é o fim, a guerra é o meio de se obtê-lo, e o meio nunca pode ser considerado de forma isolada de seu fim.

O quadro 1 apresenta um modelo esquemático da Teoria de Warden, no qual ele enxerga o inimigo como um animado sistema. Esse complexo ser vivo é traduzido, por analogia, ao nosso próprio corpo humano, visando à compreensão facilitada do modelo anteriormente esquematizado por John Warden III.

Anéis	Sistemas			
	Corpo	Estado	Cartel de drogas	Rede elétrica
Liderança	Cérebro ? olhos ? nervos	Governo ? comunicações ? segurança	Chefe ? comunicações ? segurança	Controle central
Elementos orgânicos essenciais	Alimento e oxigênio	Energia (eletricidade, petróleo), dinheiro	Fonte de coca mais transformação	Entrada
Infra-estrutura	Vasos sanguíneos, ossos, músculos, etc	Estradas, aeródromos, fábricas	Estradas, rotas aéreas e marítimas	Linhas de transmissão
População	Células	Pessoas	Plantadores, distribuidores, processadores	Trabalhadores
Mecanismos de combate	Leucócitos	Forças armadas	'Seguranças'	Trabalhadores em reparos

Quadro 1: Modelo esquemático e comparativo da Teoria dos Cinco Anéis. Adaptado pelo autor.

Fonte: WARDEN III, John A. O inimigo como sistema. Airpower Journal, Alabama, p. 49, 3. trim. 1995.

Na comparação, Warden[x] visualiza, analogamente, a liderança central como o cérebro do corpo de um ser humano:

Exatamente no centro - o centro estratégico pessoal - está o cérebro. O corpo pode existir sem um cérebro que funcione, mas nessas circunstâncias o corpo já não é um ser humano ou um ente estratégico. (Um ente estratégico é algo que pode funcionar por sua própria conta e é livre e capaz de tomar decisões como onde ir e o que fazer.) O cérebro fornece a liderança e a diretriz para o corpo como um todo e para todas as suas partes. Ele, e apenas ele, é absolutamente essencial no sentido de que não pode haver substituto para ele e de que sem ele o corpo, mesmo que esteja vivo tecnicamente, já não opera num nível estratégico. Junto com o cérebro estão os canais de informação que permitem a ele reunir e difundir a informação interna e externamente. Os olhos e outros órgãos estão nesta categoria.

ROBERT PAPEE O REAL VALOR DO PODER AÉREO

«Para o bem ou para o mal, a Força Aérea é atualmente a expressão máxima do poderio militar, e as Esquadras e Exércitos, ainda que necessários, terão que aceitar uma posição subordinada». (Churchill)

Se a Teoria dos Anéis de John Warden é a sinopse da seleção de alvos de utilidade militar (Teoria Utilitarista), então a síntese dessa seleção como prática foram as campanhas aéreas da Guerra do Golfo de 1990-1991. Os alvos associados à liderança eram de interesse primordial para os planejadores, pois, ao "decapitar" o regime iraquiano, a coalizão poderia evitar a resistência das forças militares de Saddam. De fato, a coalizão paralisou o regime ao selecionar como alvos líderes inimigos, sistemas de comunicação e infra-estrutura das principais cidades.

Em contrapartida, a seleção prioritária foi de alvos portos e a escala de planejamento de cada fase operativa, a qual resultou

Em contrapartida, a seleção axiológica [ix] de alvos pertence à escola de pensamento do poder aéreo coercitivo, a qual reputa à arma aérea, por essência, a eficaz capacidade para forçar um adversário a aceitar as imposições do atacante. A seleção axiológica de alvos torna-se uma extensão lógica das teorias do poder aéreo do período entre as duas grandes guerras. Identificando o conjunto correto de alvos no âmbito de um centro de gravidade, os homens do ar podem fazer uso do referido conjunto como alavanca no sentido de modificar a postura e o comportamento de um adversário pelo uso do poder aéreo coercitivo. Dessa forma, o cientista político norte-americano assenta um desafio aceito pela escola axiológica, porém, os alvos prioritários são outros para a escola de Warden [xii].

Um dos “outros meios” de Clausewitz, atualmente, pode ser a coerção militar. Para Pape, o poder aéreo é “a mais importante ferramenta da moderna coerção militar” [xiii]. Porém, o poder aéreo coercitivo possui desvantagens significativas, pois “o problema fundamental da coerção é a validade dos mecanismos que supostamente deveriam traduzir efeitos militares específicos em desfechos políticos.” [xiv] A coerção prevê a destruição de alvos, ainda na fase de crise, mas não requer o total aniquilamento do adversário ou da totalidade dos meios de resistência. Byman e Waxman [xv] remetem à elucidação do significado de coerção e embutem o poder aéreo na idéia de “ameaça do uso de força e, às vezes, uso limitado de força real para mover para trás a ameaça, para induzir um adversário a mudar seu comportamento”. Sob esse aspecto o poder aéreo tem vantagens.

De fato, seria vantajoso usar apenas o poder aéreo, e até mesmo econômico, em termos políticos e, da mesma forma, no campo logístico-militar. Porém, a idéia inicial é a de que, aparentemente, a coerção “deveria ser fácil [...] porém coerção permanece difícil” [xvi]. E o emprego eficaz da coerção continua intrincado até para as mais bem equipadas forças armadas do mundo: as dos Estados Unidos.

Robert Pape [xvii] define coerção militar como “uma tentativa de atingir objetivos políticos de forma mais econômica, caso comparado com o alcance de uma vitória militar total sobre um inimigo”. Usam-se os princípios da eficiência e da eficácia, os quais somados fornecem a idéia de efetividade, que traz no seu bojo a importante questão de relevância social, pois com essa opção se evita o uso de força ilimitada. Se o uso de força coercitiva se aproxima do nível necessário para, militarmente, derrotar o adversário, então essa alternativa (pelo emprego limitado de força bruta) não mais é econômica. No exato e crucial momento onde uma vitória militar é obtida, a coerção, portanto, falhou completamente e não foi efetiva. Por sua vez, a opção por uma estratégia de custo imposto (ou estratégia de coerção) visa à transformação de uma resistência continuada e exorbitantemente onerosa à liderança inimiga. Procura-se, dessa forma, realizá-la por intermédio da avaliação do limite de sacrifício que o inimigo está disposto a suportar.

Genericamente, uma estratégia coercitiva preconiza o emprego de ataques simultâneos ou paralelos a um conjunto planejado de alvos, de modo amplo, intenso e momentâneo, visando a suplantar essa fronteira aceitável pelo adversário. Em tese, esses ataques coagiriam a liderança hostil a acolher nossas reivindicações e a modificar sua política ou, pelo menos, revê-la. O fato induz esses líderes políticos mediante a consignação real de uma certa paralisia ao sistema, além da possível determinação de estagná-lo totalmente ou, ainda, a mera ameaça da ocorrência de completa paralisia do conjunto (o ente sistêmico).

O Doutor Robert Pape expressa e define, matematicamente, a lógica coercitiva na seguinte equação:

$$R = B p(B) - C p(C)$$

Onde: R é a resistência do inimigo; B é o benefício da resistência; C é o custo da resistência; e p é a probabilidade de angariar benefícios ou suportar custos.

Robert Pape infere da fórmula acima representada e obtém a conclusão: “Uma vez que os custos são distinguidos como sendo maiores do que os benefícios ($R < 0$), por conseguinte pode ser presumido que o inimigo promoverá concessões”. [xviii] Por isso, pode-se reconhecer uma campanha de coerção por meio do exame da retórica utilizada pelos líderes políticos do estado atacante. As campanhas de bombardeio aéreo destinam-se a “enviar uma mensagem à liderança” ou “intensificar a pressão” na perspectiva de que o rival ceda às demandas do atacante.

Em sua essência, o poder aéreo de muitas forças armadas ocidentais tornou-se lapidado à estratégia de coerção militar. De fato, os adversários pouco podem fazer para infligir baixas substanciais às armas aéreas. Aeronaves modernas evadem-se das redes de artilharia antiaérea por meio da supressão de defesa aérea inimiga. Ademais, a “Revolução em Assuntos Militares” trouxe as armamentos e as munições guiadas de precisão e majorou a eficácia de emprego do poder aéreo. Além disso, tem-se, por exemplo, o caso da Força Aérea dos Estados Unidos (USAF), que consegue deslocar e aprestar, rapidamente, um enorme e sustentável poder de fogo, em particular, por intermédio da Rapid Deployment Force (Força de Deslocamento Rápido) e do esplendor logístico de qual dispõe.

Segundo Byman et al [xix] a coerção “é uma função crucial ao militarismo dos Estados Unidos [...] mesmo assim os Estados Unidos freqüentemente falharam em usar medidas coercitivas, bem sucedidamente ou perfeitamente, contra adversários”. As particularidades inerentes do poder aéreo, como a ubiqüidade, concedem-lhe um papel fundamental no desempenho das futuras operações coercitivas. Portanto, o poder aéreo constitui-se em parcela substancial no cálculo das alternativas políticas, pois pode solucionar uma situação de crise quando há condições adversas para invasão por terra ou por mar. A Força Aérea detém vantagens coercitivas sobre as demais forças armadas. Uma equivale à capacidade de deter invasões terrestres ou limitar agressões antes que se tornem fait accomplis (fato consumado). De fato, o poder aéreo tem características intrínsecas à coerção.

Para Byman et al [xx] “os atributos do poder aéreo, incluindo flexibilidade e precisão, permitem que os elaboradores de políticas minorem as limitações como a intolerância a perdas humanas que freqüentemente dificultam estratégias coercitivas”. Essas características intrínsecas à arma aérea a tornam versátil mesmo em teatro de operações sem a prévia conquista da superioridade aérea. Além disso, as capacidades de logística e de mobilização da nação podem aumentar (ou diminuir), exponencialmente, os fatores da equação acima. Concebem-se, assim, diferentes níveis de ameaça e de real aplicação da força. Em face dos objetivos políticos pretendidos e do estado final desejado, deve-se selecionar uma eficaz

apropriação estratégica. Em todos os exemplos precedentes apresentados e de outros mais adequados, deve ser considerada uma solução alternativa, para cada caso concreto, ao longo de um contínuo de estratégias possíveis.

No livro *Bombing to Win: Air Power and Coercion in War*, Pape faz rara análise, por meio de quarenta estudos de caso e com ênfase em cinco campanhas aéreas [lxxi], onde lista quatro estratégias de emprego coercitivo do poder aéreo: Punishment (punição), Risk (similar à de punição, mas expõe ao risco de modo gradual), Decapitation (decapitação) e Denial (negação). Segundo Pape (1996), só a estratégia da Negação de fato funcionaria e essa seria o único caminho ao sucesso.

Para o cientista político, o ataque aéreo com cunho estratégico não é eficaz para coagir o inimigo.

A Estratégia da Coerção por Decapitação - que visa a atingir as lideranças - não tem obtido o sucesso desejado. Pape [lxxii]

usa os exemplos das operações Eldorado Canyon (tentativa da USAF, em 1986, de atingir o Coronel Muammar Kadafi com o bombardeio de Trípoli e de Benghazi), Allied Force (tentativa da USAF e seus aliados na OTAN, em 1999, de matar o Presidente sérvio Slobodan Milosevic) e Desert Storm (tentativa da USAF e da coalizão, em 1990-1991, de neutralizar o Presidente iraquiano Saddam Hussein, que somente foi encontrado, em 2003, por forças especiais dos EUA). O líder político ou militar sobreviveu aos ataques aéreos em todas as situações exemplificadas pelo cientista político estadunidense.

A Estratégia por Punição visa a levar o caos e o horror à população civil, como dizia Douhet, mas há casos exemplificativos, como a Batalha da Inglaterra e os ataques à Líbia (1986) e ao Iraque (1990), em que não se angariou esse intuito. A Estratégia da Coerção por Negação opera pelo uso dos meios militares para prevenir que o inimigo obtenha seus objetivos políticos e suas metas territoriais. A Estratégia por Risco gradual objetiva a mudança de comportamento do opositor. Conduzem-se as operações militares de modo a modificar, paulatinamente, a posição inicial das lideranças nacionais do oponente, mediante a submissão do elemento psicossocial do Poder Nacional à ação eficaz do poder aéreo.

Porém, Pape alerta para o risco de se creditar o total sucesso ao emprego estratégico do poder aéreo coercitivo, isoladamente, a fim de atingir os fins políticos. Segundo Pape, empregar as forças armadas, combinadamente, é a forma ideal. Na suposição de Pape, a eficácia reside na união sinérgica de esforços e na interoperabilidade entre as Forças Armadas, visando a persuadir o inimigo a não realizar um ato hostil ou a coagi-lo a retroagir depois de tê-lo começado. Há duas facetas na coerção militar, sendo um aspecto ativo, no qual se há a explícita imposição da vontade de quem coage, e outro de negar uma ação antes de ocorrer. Então, Pape [lxxiii] formula proposições sobre o sucesso das estratégias de coerção e conclui que “nenhuma estratégia coercitiva provavelmente terá êxito sob todas as circunstâncias”. É possível que apenas a combinação de duas ou mais estratégias possa trazer a eficácia necessária para o estado final desejado.

Se o Coronel John Warden valoriza a estratégia coercitiva da Decapitação, pois enfatiza que o anel da liderança é o mais importante na guerra moderna, por sua vez, o Doutor Pape incorpora a idéia de que a melhor estratégia coercitiva é aquela concretizada pela Negação, a qual diz ser a única que conduz ao sucesso na guerra. Além disso, Robert Pape (1996) não esquece que a combinação de duas ou mais estratégias pode produzir, sinergicamente, incremento à eficácia do poder aéreo.

Warden (1998) argumenta que o uso estratégico do poder aéreo é vantajoso, enquanto Pape afirma que somente vale o esforço de usar o poder aéreo, no nível teatro de operações, se de modo tático-operacional e em operações combinadas.

Conforme Pape (1996) mostra por evidências históricas, o poder militar não atinge, por si só, a vitória final com o uso único e independente do poder aéreo. As operações devem ser combinadas para, por meio da sinergia, se delinear de modo eficaz o emprego bélico. De fato, o poder aéreo conquista a superioridade aérea e concede subsídios e apoio de fogo aéreo às tropas terrestres e anfíbias [lxxiv] para concretizarem a lide da beligerância, conquistando e mantendo o terreno invadido.

A inerente característica de ubiqüidade da arma aérea constitui-se em outro atributo primordial para levar a termo estratégias coercitivas, pois há a compressão do fator tempo em épocas de manobra de crise e uma ação eficaz do poder aéreo pode evitar a escalada da violência.

Para Pape, o poder aéreo adquire um real valor estratégico, visando à eficácia política na guerra, se atuar, em interoperabilidade com os demais poderes militares, por operações combinadas e não por ataques cirúrgicos ou, menos eficazes ainda, por bombardeios estratégicos como se fez na Guerra do Vietnã.

Decerto que existem lições muito bem identificadas em guerras onde o poder aéreo foi vislumbrado como decisivo. Têm-se os aprendizados, principalmente, da Campanha Aérea do Kosovo; em 2001, no Afeganistão, e na segunda Guerra do Golfo Pérsico com a Iraq Freedom Operation. Nessas ocasiões, os planejadores militares vislumbraram o uso do poder aéreo como instrumento eficiente para diminuir os custos com a guerra e eliminar vítimas civis e danos à infra-estrutura inimiga. Na Operação Força Aliada, o Presidente dos Estados Unidos Bill Clinton proferiu as seguintes palavras: “no ground troops” (sem tropas de terra). Os comandantes militares da OTAN preteriram da sinergia provida da interação entre, no caso dos norte-americanos, das quatro forças armadas.

As operações combinadas traduzem parte da concepção de Robert Pape, cujo foco imprime a idéia de que o melhor uso do poder aéreo é apoiar as forças de superfície.

Além disso, o cientista político fundamenta o cerne da argumentação na estratégia da coerção, na qual um ente estratégico, a expensas de resistir, conclui que, na relação custo versus benefício, não há compensação e resolve retroceder na escalada de tensões, crises, conflitos e instabilidades político-estratégicas. Ademais, Pape garante que o poder aéreo pode, por meio da coerção, compelir o inimigo a fazer o que se deseja que ele faça e rever os seus objetivos políticos, evitando, na ótica de escalada da violência, o uso de forças armadas.

Como advogados da arma aérea, ambos realçam a importância de se pensar estrategicamente a respeito do mais apropriado emprego do poder aéreo, visando à máxima eficácia da arma aérea na busca incessante dos fins políticos. Portanto, qual o melhor emprego do poder aéreo, visando à consecução dos propósitos da guerra, que, segundo Clausewitz, são sempre os fins políticos? O cientista político norte-americano Robert Pape afixa ser o uso tático-operacional, por intermédio de

operações combinadas; no entanto, Warden III postula: é o estratégico e coercitivo, visando à paralisia do oponente pela guerra em paralelo.

Qual a real validade do poder aéreo e que relevância prática ele tem em um contexto de guerra moderna? Para buscar respostas a esse questionamento, se faria mister uma pormenorizada análise da evolução histórica da arma aérea e o entendimento de como ela pode influenciar a conduta bélica e abreviar a decisão final da guerra.

Por fim, Pape[^{ixv}] afirma: “o fim da Guerra Fria reduziu maiores ameaças à segurança nacional dos EUA e de outros países ocidentais”. O cientista político de Universidade de Chicago se alinha à atual visão norte-americana e assevera: “o problema da Guerra Fria era a dissuasão nuclear”, enquanto “na era do pós-Guerra Fria é a coerção”, pelo menos, para os EUA e seus aliados político-estratégicos. Então, os atentados do onze de setembro poderiam levar Pape à reflexão acerca do “conflito assimétrico” e questionar o real valor coercitivo do poder aéreo.

Aos Estados Unidos, impõe-se, acima de tudo, o desafio operacional de certificar, cada vez mais, que a United States Air Force (USAF) tem as capacidades de preparo e de emprego e pode consistir em eficaz instrumento da moderna coerção militar.

CONCLUSÃO

O estrategista lapida uma arte que se torna habilmente lograda quando, na consecução de um definido objetivo político, pode optar por recorrer ao emprego da violência ou enfatizar uso não-letal. Por meio da revelação de poder econômico, de poder tecnológico ou de mera demonstração de poder militar pode-se atingir esse fim político colimado. Portanto, a estratégia de guerra pode ser, essencialmente, dissuasória. Nesse caso, não há o uso expresso de forças armadas. Só a ameaça do emprego da força bruta. Por conseguinte, o emprego do poder militar é o derradeiro recurso da estratégia de guerra quando o estado final desejado não pode ser adquirido por outros meios. Implica o exercício de um direito capital do Estado: o uso explícito da violência armada.

A aniquilação, segundo John Warden III, cede lugar à solução dos conflitos que parece ser a ele razoável e positiva: a guerra aeroestratégica. Para executá-la de modo eficaz é preciso inverter o método normal de pensar. Precisa-se pensar dedutivamente. Deve-se enxergar o rival na perspectiva de sistema. Assim, oponentes racionais são sistemas com dependências mútuas. O objetivo crucial envolve ação para reduzir a eficácia do sistema global, ou, doutrinariamente, torná-lo mais suscetível à nossa Política Nacional, rever seus objetivos, cumprir a nossa Vontade e satisfazer o Bem Comum.

Sob essa ótica, o Coronel estadunidense valoriza a estratégia coercitiva da “Decapitação”, pois enfatiza que o anel da liderança é o mais importante na guerra moderna. O militar norte-americano afirma haver três opções estratégicas para compelir o inimigo a fazer o que se intenta: as estratégias militares de custo imposto (coerção), paralisia (incapacitação) e destruição (aniquilação). John Warden se esquece que da combinação de diferentes estratégias advém eficácia aos fatores-chave de sucesso.

Por sua vez, o Doutor Pape incorpora a idéia de que a estratégia coercitiva que obteve maior eficiência, após análise histórica de quarenta estudos de caso, foi aquela concretizada pela “Negação”. Ademais, ele não esquece que a combinação de duas ou mais estratégias pode produzir, sinergicamente, incremento à eficácia do poder aéreo.

O militar da USAF argumenta que o uso estratégico do poder aéreo é vantajoso, enquanto Pape afirma que o real valor reside em se usar o poder aéreo, no nível teatro de operações, de modo tático-operacional e em operações combinadas.

Como advogados da arma aérea, ambos realçam a importância de se pensar estrategicamente a respeito do mais apropriado emprego do poder aéreo, visando à máxima eficácia da arma aérea na busca incessante dos fins políticos e do end state. Precisa-se começar a pensar a guerra não apenas com instrumentos bélicos. Aeronaves, carros de combate, navios e respectivas tripulações são ferramentas importantes e têm seu lugar, mas não podem ser o ponto de partida, tampouco traduzem, isoladamente, a natureza da guerra. O combate não é a essência da guerra hodierna.

O cerne do pensamento do general chinês Sun Tzu pode traduzir melhor o emblemático valor do poder dissuasório das armas e dos homens da guerra. O Poder e o Potencial Nacionais consistem em elementos complementares à dissuasão e à coerção, pois podem forçar o adversário a aceitar os nossos objetivos como se fossem os dele.

A utópica clausewitziana “Guerra Absoluta”, poderia levar a humanidade ao apocalipse, que se vislumbrou no bojo da Guerra Fria pela ameaça do holocausto nuclear. Segundo ensejou Clausewitz, no final do “Da Guerra”, a “Guerra Absoluta” seria uma sombra platônica no muro dos fundos da caverna, que nunca seria discernida pelos mortais e, logo, não aconteceria jamais como ele enfatizou no início de sua obra-prima.

Warden viu sua teoria aplicada de modo eficaz na Gulf War I pelo ataque em paralelo, que levaria o inimigo à paralisia estratégica. A idéia clausewitziana de centros de gravidade foi usada para compor uma teoria aplicável a uma força aérea com recursos assimétricos apta a alcançar uma superioridade aérea em relação ao oponente racional. Será, então, que se corporificou a eficácia da coerção militar na “Teoria dos Cinco Anéis” ou o poder aéreo coercitivo tem real valor estratégico segundo a idéia de Pape?

Conclui-se que o poder aéreo transforma-se na mais eficaz ferramenta da moderna coerção militar na medida em que pode evitar o enfrentamento entre maciças forças militares de estados (ou coalizões de países) beligerantes. Uma força aérea tem essa capacidade por intermédio de plataformas de reconhecimento e de vigilância, aeronaves de guerra eletrônica e de alarme aéreo antecipado, precisão de ataques cirúrgicos com armamentos inteligentes, recursos humanos em prontidão e

doutrina de emprego sólida.

O intrincado enigma da estratégia militar pode ter sido decodificado, pois “a arte do grande estrategista consiste em antever os delineamentos do futuro e ficar preparado para lidar com eles” [Lvi]. Há quase cem anos, Douhet[^{lviii}] foi capaz de decifrar

desenvolvimentos do futuro e não preparado para lidar com eles [xxv]. Na quase centenas, BOBBIO não capaz de definir esse emblema em termos similares. Por uma visão prospectiva traçava os céus do futuro: "a vitória está reservada àqueles que se antecipam aos novos desenvolvimentos na natureza da guerra e não àqueles que se adaptam a estes desenvolvimentos depois que ocorrem". +++++ Mauro Barbos Siqueira é Tenente Coronel Aviador da Força Aérea Brasileira. Foi instrutor na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica. É Mestre e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense. Possui o curso de Estado-Maior Combinado da Escola Superior de Guerra. É adjunto ao Chefe do Centro de Estudos Estratégicos da UNIFA.

[i] KAN, Paul Rexton. Air & Space Power Journal, 4. trim. 2004, p. 71-72.

[ii] A guerra moderna impõe, cada vez mais, custos vultosos e exige ações rápidas e precisas. A decisão final pode se voltar, portanto, a quem primeiro dominar o ciclo OODA (observar, orientar, decidir e agir) concebido por John Boyd. Deter o gerenciamento do tempo em época de crise ou de conflito armado.

[iii] KAN, op. cit., p.72.

[iv] A tecnologia stealth refere-se àqueles plataformas aéreas que apresentam uma baixa assinatura radar.

[v] Um veículo aéreo não tripulado (VANT), na língua inglesa nomeado de Unmanned Aerial Vehicle (UAV), é o termo usado para descrever todo e qualquer tipo de aeronave que não necessita de pilotos embarcados para ser guiada. Esses aviões são controlados, à longa distância, por meios eletrônicos e computacionais sob a supervisão humana ou, ainda, pela intervenção de Controladores Lógicos Programáveis (PLC).

[vi] Cientista político norte-americano, PhD e professor laureado da Universidade de Chicago nos EUA.

[vii] BOBBIO, Norberto. Poder. In: BOBBIO, N.; MATTUECCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. Brasília: Universidade de Brasília, 2007, p. 933.

[viii] BRASIL. Escola Superior de Guerra. Manual básico. Rio de Janeiro, 2006, v. I, p. 21.

[ix] RUSSELL, Bertrand . O poder: uma nova análise social. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 24.

[x] BOBBIO, op. cit., p. 940.

[xi] BOBBIO, op. cit., p. 939-940.

[xii] WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 33.

[xiii] BOBBIO, loc. cit.

[xiv] CLAUSEWITZ, 1984, p. 75.

[xv] CLAUSEWITZ, op. cit., p. 87.

[xvi] BOBBIO, op. cit., p. 940.

[xvii] Q. v. GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado de Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1980, p. 7.

[xviii] MORGENTHAU, Hans. A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, 1. ed. 1948. Parte II, cap. 3; p. 49.

[xix] BULL, Hedley. A Sociedade Anárquica. Brasília: Universidade de Brasília-UnB, 2002.

[xx] MEARSHEIMER, John. The tragedy of great power politics. New York: Norton & Company, 2001.

[xxi] GRUPPI, loc. cit.

[xxii] Vid BRASIL, op. cit., p. 27.

[xxiii] ARMITAGE, Sir Michael; MASON, "Tony" R. A. Air power in the nuclear age, 1945-84. London, The Macmillan Press, 1985, p. 2. Air power is the ability to project military force by or from a platform in the third dimension above the surface of the earth. Tradução livre do autor deste trabalho.

[xxiv] SANTOS, Murillo. Evolução do poder aéreo. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1989. p. 161.

[xxv] CLAUSEWITZ, Carl von. On war. Peter Paret e Michael Howard. 8th ed. New York: Princeton University Press, 1984, livro I -1, p. 75.

[xxvi] É coronel da reserva da USAF; cursou a National War College; tem Mestrado em Artes, Texas Tech University; foi o Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Força Aérea dos EUA; assistente especial do Vice-Presidente dos Estados Unidos e subdiretor da Diretoria de Combate, QG da USAF. O Coronel John Warden III é o autor da obra intitulada de The Air Campaign: Planning for Combat.

[xxvii] Segundo ROCHA (2006, p. 85) "os fatores críticos (fatores-chave) de sucesso na guerra aérea são: lideranças, doutrina de emprego, inteligência, comando e controle, logística, preparo da Força Aérea, estratégia e tecnologia". Um importante papel atribuído ao oficial de Estado-Maior em qualquer força aérea moderna do mundo, equivale ao do arquiteto de Warden e

atuação do General do Estado-Maior, em qualquer força aérea moderna de manobras, equívoco de do arquiteto de Warden e redundante na confecção do plano (documento formal escrito e assinado), que advém de passos previstos no planejamento estratégico.

[xxviii] EVERA, Stephen Van. Guide method for students of political science. Ithaca: Cornell University Press, 1997, pp. 8.

[xxix] LIDDELL HART, Basil Henry, As grandes guerras da história. São Paulo, IBRASA, 1999, passim.

[xxx] Recontro não se constitui em termo unânime, pois na língua inglesa tem-se a palavra Engagement. Em algumas traduções se observam os termos engajamento, combate e enfrentamento. Em resumo, seria uma idéia clausewitziana para o encontro entre dois inimigos, que abarcasse suas tropas militares e seus equipamentos de guerra, ou seja, os meios humanos e os materiais. O recontro é um elemento de natureza tática e sofre a influência dos objetivos imediatos em cada diferente situação.

[xxxi] POPPER, Karl R. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 1978. p. 30.

[xxxii] PRÉ-SOCRÁTICOS. São Paulo: Nova Cultural, 2005, p, 25.

[xxxiii] Op. cit., p, 103.

[xxxiv] Id, ibid.

[xxxv] Segundo Houaiss, devir seria um “fluxo permanente, movimento ininterrupto, atuante como uma lei geral do universo, que dissolve, cria e transforma todas as realidades existentes”.

[xxxvi] FRIEDMAN, Thomas L.. O mundo é plano. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, passim.

[xxxvii] WARDEN III, John A. O inimigo como sistema. Airpower Journal, Alabama, 3. trim. 1995, p. 45-46.

[xxxviii] John A. Warden III chefou a Checkmate Division do Pentágono e arquitetou a campanha aérea que guiou os esforços aliados durante a Operação Tempestade no Deserto.

[xxxix] A primeira edição do Air Campaign data de 1988 (há uma segunda edição mais recente de 1998), ou seja, trata-se de uma obra literária anterior à eclosão da Gulf War I, sendo fruto de uma tese de Warden no curso da National War College. A Five Rings Theory somente foi exposta ao público, em 1995, no artigo intitulado The Enemy as a System, que foi publicado na Airpower Journal – spring issue.

[xl] WARDEN III, John A. O inimigo como sistema. Airpower Journal, Alabama, p. 44-59, 3. trim. , 1995. Edição brasileira, p. 46.

[xli] WARDEN III, loc. cit. Ele fez referência a Clausewitz, que via o recontro como o principal elemento.

[xlii] WARDEN III, op. cit., p. 47.

[xliii] Um ente estratégico é qualquer organização que pode operar de um modo autônomo, quer dizer, que dirige a si própria e que se sustenta. Um estado é um ente estratégico, como o é uma organização criminoso como a Máfia ou organizações empresariais como a General Motors. Nem um exército nem uma força aérea, ao contrário, são entes estratégicos porque nem dirigem a si próprios nem se sustentam. Esta é uma diferença essencialmente importante. Mais importante aqui, porém, é que nossa discussão dos centros de gravidade estratégicos e da guerra estratégica é aplicável tanto a organizações guerrilheiras quanto aos estados industriais modernos.

[xliv] WARDEN III, loc. cit.

[xlv] WARDEN III, op. cit., p. 48.

[xlvi] WARDEN III, op. cit., p. 51.

[xlvii] WARDEN III, op. cit., p. 52.

[xlviii] WARDEN III, loc. cit.

[xliv] Raymond Aron, um estudioso de Clausewitz, lembra que o melhor termo seria o gênio do líder. Faz alusão ao coup d’oeil (termo que designa o olhar rápido; golpe de vista) do líder militar.

[i] CLAUSEWITZ, op. cit., p. 595-596.

[ii] WARDEN III, op. cit., p. 48.

[iii] WARDEN III, op. cit., p. 58.

[iiii] As máximas de Napoleão Bonaparte não se constituem, a rigor, em teorias de guerra.

[iv] WARDEN III, loc. cit.

[v] Nota de aula do Coronel Narcélio na ECEMAR-CCEM 2005. O termo terceiro mundo é no fashion. Fala-se, hoje, em países periféricos, de industrialização retardatária ou de baixo desenvolvimento.

[vi] BRASIL. Escola Superior de Guerra. Manual básico. Rio de Janeiro, 2006, v. 2, p. 68.

[vii] BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica DCA 1-1. Brasília 2005. n. 13

[viii] A correta identificação dos COG do inimigo é uma das mais importantes tarefas de um comandante no nível estratégico, pois sinaliza a direção geral dos esforços em prol de resultados pretendidos.

[lix] CLAUSEWITZ, op. cit., p. 87.

[lx] WARDEN III, op. cit., p. 48.

[lxi] O termo axiologia combina duas palavras gregas: axios (ponderável, valioso, digno, que merece) e logos (razão ou teoria). É o estudo ou teoria dos valores, o que são e onde são colocados.

[lxii] Pape é cientista político e tem uma abordagem acadêmica. Warden é militar da reserva da USAF e piloto de caça, o qual faz uma peculiar análise operacional do emprego do poder aéreo.

[lxiii] PAPE, Robert A. *Bombing to win: air power and coercion in war*. Ithaca: Cornell University, 1996, p. 55. Uma estratégia coercitiva se baseia no conjunto de valores importantes ao oponente.

[lxiv] PAPE, op. cit., p. 329.

[lxv] BYMAN, Daniel L.; WAXMAN, Matthew C. *The dynamics of coercion: american foreign policy and the limits of military might*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 1.

[lxvi] BYMAN; WAXMAN, loc. cit.

[lxvii] Pape, op. cit., p. 13.

[lxviii] Pape, op. cit., p. 16. Porém, o autor demonstra que houve casos, nos quais a coerção falhou.

[lxix] BYMAN, Daniel L.; WAXMAN, Matthew C.; LARSON, Eric. *Air power as a coercive instrument*. Santa Monica, CA: RAND, 1999, p. xiii.

[lxx] BYMAN et al, 1999, loc. cit..

[lxxi] Japão (1944-45), Alemanha (1942-45), Coreia (1950-53), Vietnã (1965-72) e Iraque (1991).

[lxxii] PAPE, Robert. *The True Worth of Air Power*, 2004, passim.

[lxxiii] Pape, op. cit., p. 19.

[lxxiv] É a Missão de Cobertura da Tarefa de Interdição. A DCA 1-1 a prevê com o propósito específico de “proteger ou apoiar forças amigas de superfície contra forças inimigas, também de superfície”.

[lxxv] Pape, op. cit., p. 329.

[lxxvi] CRAIG, Gordon A. In PARET, Peter. (Ed.). *Construtores da moderna estratégia: de Maquiavel à era nuclear*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003. t. 2, p. 56.

[lxxvii] DOUHET, Giulio. *O domínio do ar*. Rio de Janeiro: INCAER, 1988, p. 55.

55 TEXTOS RELACIONADOS:

2011/05/16

CONTRIBUTOS DO PODER AÉREO EM OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO, SEGURANÇA, TRANSIÇÃO E RECONSTRUÇÃO (II PARTE)

João Nunes Vicente[1]

2011/05/15

CONTRIBUTOS DO PODER AÉREO EM OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO, SEGURANÇA, TRANSIÇÃO E RECONSTRUÇÃO (I PARTE)

João Paulo Nunes Vicente[1]

2010/09/17

PORTUGAL, A NATO, O ATLÂNTICO SUL E O BRASIL

João Brandão Ferreira

2010/06/09

A INSSENSATEZ DOS SEM-LIMITES (OU A AUSÊNCIA DELIMITES NA ACÇÃO DOS INSENSATOS)

Vânia L. Cintra (Brasil)

2010/06/02

O ACORDO DE TEERÃO

Oliveiros S. Ferreira (Brasil)

2010/05/24

A MEDIAÇÃO BRASILEIRA NO CONFLITO COM O IRÃO

Alexandre Reis Rodrigues

2010/04/27

PODER AEROSPAZIAL BRASILEIRO: DISSUAÇÃO E SEGURANÇA, COERÇÃO COMO MEDIDA EFICAZ À DEFESA NACIONAL
Mauro Barbosa Vieira (1) (Brasil)

2010/04/26

BRASIL POTÊNCIA – REALIDADE OU MITO?(III PARTE)

Oliveiros S. Ferreira[1] (Brasil)

2010/04/14

ACORDO MILITAR BRASIL – EUA: A REGIÃO QUER RESPOSTAS

Marcelo Rech[1] (Brasil)

2010/04/09

ARMAMENTISMO REGIONAL SERÁ TEMA EM ASSEMBLEIA DA OEA

Marcelo Rech Brasil

2010/04/03

BRASIL POTÊNCIA – REALIDADE OU MITO? (II PARTE)

Oliveiros S. Ferreira[1] (Brasil)

2010/03/30

BRASIL POTÊNCIA – REALIDADE OU MITO?

Oliveiros S. Ferreira[1] (Brasil)

2010/03/18

CONCERTAÇÃO POLÍTICA EM MATÉRIA DE DEFESA NA AMÉRICA DO SUL NO PÓS - GUERRA FRIA

Leandro Leone Pepe[1] (Brasil)

2010/03/17

PLAGIANDO GARCÍA MARQUEZ OU RESUMO DA ÓPERA EM BOM PORTUGUÊS

Vânia L. Cintra[1] (Brasil)

2010/03/12

OS PROGRAMAS NUCLEARES DO BRASIL E DO IRÃO: PONTOS DE TANGÊNCIA E AFASTAMENTO

Marcos Machado da Silva[1](Brasil)

2010/02/12

AIRPOWER'S EFFECTIVENESS IN SUPPORT OF NATIONAL POLICY.

João Vicente[1]

2010/02/07

GEORGE KENNEY AND WILLIAM TUNNER: A BRIEF ANALYSIS OF TWO ICONIC AIR LEADERS

João Vicente[1]

2010/01/10

BATALHA DA USURA

Oliveiros S. Ferreira[1] (Brasil)

2009/12/18

QUE FAZER COM ... NOSSAS AUTORIDADES, POR EXEMPLO?

Vânia L. Cintra (Brasil)

2009/11/29

BRASIL, NOVO PARTICIPANTE NA DISCUSSÃO DO PROBLEMA NUCLEAR DO IRÃO?

Alexandre Reis Rodrigues

2009/11/28

OS COMPUTADORES ESTÃO CONECTADOS

Oliveiros S. Ferreira[1](Brasil)

2009/11/20

ISRAELENSES, PALESTINOS E IRANIANOS DISPUTAM A ATENÇÃO BRASILEIRA

Diogo Alves[1] (Brasil)

2009/11/15

ITAIPU, USINA BINACIONAL

Fernando Ernesto Baggio[1] (Brasil)

2009/11/14

COMPROMISSOS BRASILEIROS COM A GLOBALIZAÇÃO: AS OPERAÇÕES DE PAZ?

Oliveiros S. Ferreira (Brasil)

2009/10/22

AS MANHAS DO QUARTO CAVALheiro DO APOCALIPSE

Oliveiros S. Ferreira[1] (Brasil)

2009/10/19

ENTRE NECESSIDADES E VIRTUDES[1]

Oliveiros S. Ferreira[2] (Brasil)

2009/09/24

HONDURAS E O APOCALIPSE DIPLOMÁTICO

Oliveiros S. Ferreira (Brasil) [1]

2009/09/23

MAIS UMA NEW GLOBAL ORDER?

Gilberto Barros Lima[1] (Brasil)

2009/07/10

A “ASCENSÃO DOS DEMAIS”. Os BRIC

Alexandre Reis Rodrigues

2009/07/08

HAITI: OS CINCO ANOS DA MISSÃO

Marcelo Rech[1](Brasil)

2009/03/19

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA[1]: COMENTÁRIOS DISSIDENTES

Paulo Roberto de Almeida[2] (Brasil)

2009/03/17

A DECLARAÇÃO DE SANTIAGO DO CHILE[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2009/01/06

VENEZUELA, INSERÇÃO CONTESTATÁRIA

Tiago Fernandes Mauricio

2008/10/09

O DESMONTE DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

Marcelo Rech[1] (Brasil)

2008/10/06

EL “ETNONACIONALISMO”: LAS NUEVAS TENSIONES INTERÉTNICAS EN AMÉRICA LATINA[1]

Luis González Manrique [2] (Peru)

2008/07/06

UM GOLPE DE MORTE ÀS FARC

Marcelo Rech[1](Brasil)

2008/06/23

AINDA A DEMISSÃO DO SECRETÁRIO E DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA USAF

Alexandre Reis Rodrigues

2008/06/18

FARC: UMA AMEAÇA PRESENTE NAS FRONTEIRAS

Marcelo Rech[1] (Brasil)

2008/06/09

A DEMISSÃO DO SECRETÁRIO E DO CHEFE DO ESTADO MAIOR DA USAF

Alexandre Reis Rodrigues

2008/04/30

CHINA: UM PAÍS, DOIS MUNDOS

Fábio Pereira Ribeiro (Brasil)[1]

2008/04/29

ANGOLA: A NOVA RIQUEZA DA ÁFRICA E PARA O BRASIL

Fábio Pereira Ribeiro (Brasil)[1]

2008/04/02

A RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA DO PODER AÉREO NUMA APROXIMAÇÃO ÀS OPERAÇÕES BASEADA EM EFEITOS[1] (PARTE II)

João Vicente

2008/04/01

A RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA DO PODER AÉREO NUMA APROXIMAÇÃO ÀS OPERAÇÕES BASEADA EM EFEITOS[1] (PARTE I)

João Vicente

2008/03/21

A IMPROVÁVEL GUERRA NA AMÉRICA DO SUL/AS FARC E O CONTEXTO REGIONAL

... ..

Marcelo Rech[1] (Brasil)

2008/03/18

RETERRITORIALIZAÇÃO UTILIZANDO OS BIOMAS COMO UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Fernando Baggio di Sopra[1] (Brasil)

2008/03/08

O INDÍGENA COMO AGENTE REVITALIZADOR AMBIENTAL

Fernando Baggio di Sopra[1] (Brasil)

2008/02/25

A SOMA DE TODOS OS MEDOS?

Marcelo Rech[1] (Brasil)

2008/01/25

CASA GRANDE E SANZALA

Pedro Conceição Carvalho[1]

2007/09/30

A GEOPOLÍTICA DA SUSTENTABILIDADE[1]

Irene Maria Nunes[2]

2007/09/11

FARC: TERRORISMO, BRAVATAS E MUITO DINHEIRO

Marcelo Rech[1]

2007/09/10

INSERIR A DEFESA NACIONAL NA AGENDA POLÍTICA: MAIS QUE UM DESAFIO!

Marcelo Rech[1]

2007/05/30

OPERAÇÕES EM REDE. CONTRIBUTOS PARA O SEU ESTUDO[1]

João Nunes Vicente [2]

2007/02/04

OPERAÇÕES BASEADAS EM EFEITOS: O PARADIGMA DA GUERRA DO SÉCULO XXI[2]

João Vicente[1]

2006/01/26

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PODER AERO-ESPACIAL

António de Jesus Bispo

2004/12/21

OS MODERNOS PENSADORES DO PODER AÉREO

Eduardo Silvestre dos Santos